

## ENTREVISTA/SEBASTIÃO MANCHINERI

# 'Não aceitamos mais pedidos de desculpas'

IVÂNIA VIEIRA

**A**os 31 anos, com especialização em Direito Internacional na Universidade de Verão da Suíça, e no Alto Comissariado das Organizações das Nações Unidas (ONU), Sebastião Manchineri (da nação Yine), acaba de tornar-se, por unanimidade de votos, o primeiro brasileiro a presidir a Comissão das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica). Eleito em 15 de junho, para um mandato de quatro anos, Manchineri está deixando, provisoriamente, Senegal, comunidade instalada à margem direita do rio Yaco, no Município de Sena Madureira, Acre, para morar em Quito,

capital do Equador, onde funciona a sede da organização. Cada vez mais presente no contexto mundial, a Coica cresce em força e representatividade política na briga para fazer valer os direitos dos povos indígenas. Internamente, a ordem é qualificar a participação dos seus representantes e unificar a posição de defesa das grandes questões para essas populações. "Mesmo que falemos línguas diferentes, nosso desafio é a compreensão e o entendimento da linguagem que melhor significar os anseios dos povos indígenas", diz. Nessa direção, o jovem presidente da Coica está, hoje, dividido em uma série de encontros e pilhas de documentos que tratam de assuntos como o 'Protocolo de Kyoto', 'Plano Colômbia', Direitos Humanos, Soberania do Brasil e

Internacionalização da Amazônia, Biodiversidade, articulação internacional das lideranças indígenas e o projeto de inserção desses líderes nas diferentes instâncias de poder. Na última semana, Manchineri esteve em Manaus participando do encontro de lideranças indígenas da Comissão das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) da qual já foi presidente. Classificou o 'Plano Colômbia' como catástrofe autorizada na Amazônia e avisou: "Pedidos de desculpas, os povos indígenas não aceitamos mais. Queremos uma reparação por danos causados tanto na questão racial quanto na exploração e saques de bens patrimoniais e culturais". A seguir a entrevista concedida A CRÍTICA, na sede da Coiab:

## 'PLANO COLÔMBIA' É CATÁSTROFE AUTORIZADA

Antônio Menezes

**A CRÍTICA - Qual é, hoje, o projeto mais importante da Coica?**  
 Sebastião Manchineri - Ele se desdobra em vários, mas podemos dizer que é o fortalecimento do processo organizacional do movimento indígena no Brasil, em outros países e, principalmente na Amazônia. Esta é a nossa saída diante de tantos desafios como a questão das mudanças climáticas, o novo modelo de utilização da biodiversidade, da propriedade intelectual, exploração de recursos naturais, como minério, madeira, o petróleo. Em todo esse universo, os povos indígenas estão envolvidos e as decisões tomadas afetam diretamente suas vidas. As organizações que representam esses povos não podem ficar alheias a tais questões. Também estamos preocupados com a definição, pelos Estados, de uma política que possa consolidar a atuação dos povos indígenas no contexto das suas especificidades e demandas.

**AC - No comando da Coica, embora há pouco tempo, qual tem sido a sua maior barreira?**  
 SM - Para mim é um desafio importante, considerando que dentro da própria direção da organização temos um brasileiro, eu, o vice-presidente falando francês, e os coordenadores de áreas falando inglês e espanhol. Então, essa realidade nos remete à tarefa de exercitar a compreensão que nos permitirá dar as respostas aos anseios dos povos indígenas. Mas, estamos tendo apoio decisivo das organizações indígenas do Equador e da Amazônia.

**AC - Em sua exposição estão os 'desafios de prioridades', quais são eles?**

SM - A questão da militarização da Amazônia, agora representada por ações como o 'Plano Colômbia' e o projeto 'Calha Norte'. Nós entendemos que a Amazônia não precisa ser militarizada para ser defendida, precisa sim ter a presença do Estado em ações e não em armas, nem com estupidez e ignorância, como age a maioria das representações das Formas Armadas quando chega às comunidades indígenas ou ribeirinhas, se apropria das coisas tal qual fosse a dona do espaço. A soberania do País não está ameaçada pelos índios ou nos ribeirinhos, mas na atitude que tomam as autoridades, e o exemplo disso são os acordos feitos com o FMI, por meio dos quais se entrega o País ao capital estrangeiro, à ação das multinacionais, e não levam em conta o que acontece com a vida das pessoas dentro do País.

**AC - Quanto ao Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), qual é a posição da Coica?**

SM - Entendemos ser necessário que cada país tenha as suas Forças Armadas e suas estratégias de defesa. Nesse sentido, o Sivam poderia ser bem visto se tivesse o interesse de nos defender de outros países, não para defender-se de índios, seringueiros e ribeirinhos. Quanto a esse aspecto, o Sivam está distorcido, equivocado. Nós, índios, desempenhamos a maior garantia da defesa territorial. Esse processo



SEBASTIÃO MANCHINERI Presidente da Coica, que cresce em força e representatividade política para fazer os direitos dos povos indígenas

de militarização da Amazônia nos preocupa porque avança e não há diálogo. Se existisse, certamente, as organizações indígenas colocariam o componente humano, social, econômico e político do País como a questão maior, não sob as ordens dos países desenvolvidos que é como, infelizmente, se encontram os países da América Latina e, em particular, a Amazônia.

**AC - A questão climática está presente na maioria dos encontros de organizações indígenas. O que defendem?**

SB - Lutamos para garantir os direitos dos povos indígenas. Em todos os países, os índios têm algum direito, no papel, a maioria deles é ignorada na prática. Como fazer para que sejam efetivamente cumpridos? Um outro dado: nossos direitos afetam grandes interesses econômicos que, por sua vez, têm fortes representações atuando nas estruturas internas do País que deveriam fazer valer os direitos dos povos indígenas com algo bom e um dever da Justiça. Não é assim. De outro lado, estamos profundamente preocupados com a forma como vem sendo trabalhado o Programa de Desenvolvimento Limpo, ligado ao 'Protocolo de Kyoto', que prevê o reflorestamento de determinadas áreas, ou seja, a inserção de novas culturas sobre as quais não temos a certeza técnica de que são viáveis

nessas regiões para realizarem o sequestro de carbono. A certeza que temos é que haverá uma enxurrada de gente entrando em determinadas áreas, uma enxurrada de tecnologia transformando a floresta Amazônica, por exemplo, em floresta terciária, com plantios de soja e eucalipto. Isso modificará o aspecto social, econômico e geográfico da Região Amazônica. Um outro aspecto, nesse campo, é a não inclusão das florestas nativas como sequestradoras de carbono. Elas tradicionalmente exerceram essa função, mas os países desenvolvidos não estão preocupados com elas, reagem contra a reivindicação que fazemos e se negam a dispor de recursos que garantam a manutenção dessas florestas. Os países amazônicos, por sua vez, são financeiramente incapazes de assumir programas nessa área. Há uma deficiência séria nesse processo e os povos indígenas estão sendo os maiores prejudicados.

**AC - Como construir uma unidade em torno das questões mais importantes para os povos indígenas?**

SM - Veja, temos ONGs, Igrejas, Governos, organizações indígenas e povos indígenas, todos dentro desse processo e, cada um, com sua linguagem. Isso dificulta a defesa dos interesses mais comuns e os

dos povos indígenas. É por conta dessa constatação que estamos chamando, para outubro, um seminário, organizado pela Coica e a Coiab, em Manaus, para tirarmos uma posição comum sobre o sequestro de carbono e é importante que esta seja definida antes da conferência sobre esse assunto, na África do Sul, em novembro. Nosso desejo é ter uma posição do bloco amazônico.

**AC - Qual a posição da Coica sobre o 'Plano Colômbia'?**

SM - Não somos a favor do narcotráfico, não somos a favor da subversão em que vive a Amazônia em função de um processo que envolve guerrilhas, seqüestros, mortes. Por outro lado, não podemos admitir que países como os EUA metam suas Forças Armadas em outros países e que todos fiquemos passíveis à essa ação, seria irresponsabilidade e incapacidade da nossa parte. Se os governos não têm responsabilidade com seus países, nós, como povos indígenas, temos e queremos defender essa posição. O 'Plano Colômbia' nada mais é do que a intervenção militar estrangeira dentro da Amazônia. Esse sim é um aspecto com o qual o Brasil deveria se preocupar, pois ameaça a soberania.

**AC - Como as organizações indígenas vêm atuando no**

**combate a esse plano?**

SM - Temos apresentado às autoridades documentos contra a militarização da Amazônia, mas as respostas são poucas porque os governos são muito fechados e existem muitos poderes atuando sobre essa questão. A 'fomigação' está contaminando os rios, já contaminou a população, o meio ambiente, vai modificar a biodiversidade. É uma situação de catástrofe na Amazônia sem tamanho e que vem se realizando. Líderes indígenas são presos, assassinados e, não temos, até o presente momento, nenhuma ação direta dos governos para impedir esse massacre. A 'fomigação', por conta da ação de uma organização indígena colombiana, foi suspensa por 15 dias e, então, os EUA ameaçaram cortar os recursos enviados ao Governo colombiano e este voltou atrás na decisão. O mesmo juiz que proibiu o uso desse produto, autorizou, depois, a continuidade do processo.

**AC - Quantos líderes indígenas foram assassinados?**

SM - Temos cerca de 30 lideranças indígenas mortas, entre prefeitos, ex-prefeitos, membros de organizações indígenas. Só em uma semana morreram nove pessoas. Estamos trabalhando com a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas para que ela investigue essa realidade, pois, em

meio a guerra está a população sendo violada em seus direitos mais elementares.

**AC - Qual é a luta das organizações indígenas dentro da política mundial dos Direitos Humanos?**

SM - Estamos propondo a implementação do direito que garanta reparação dos danos causados tanto na questão racial, quanto na exploração e saques de bens patrimoniais e culturais. Esta é uma ação que vai durar muito tempo, mas faz-se necessária. O Estado, a Igreja, as empresas, as pessoas deverão pagar pelos erros e equívocos que cometeram. Se no passado trágico fomos as vítimas, estamos dizendo hoje que não aceitamos continuar sendo vítimas dessas atitudes. Pedidos de desculpas não queremos mais, pois é como assumir a irresponsabilidade e não querer fazer nada para resolver o problema criado. Nós precisamos transformar políticas para que essas respeitem e promovam a pessoa.

**AC - As ameaças mais sérias aos povos indígenas da Amazônia estariam em quais áreas?**

SM - Na exploração de recursos naturais, na falta de uma política que se funde no compromisso de melhorar as condições de vida dos povos indígenas. É por isso que dentre as nossas prioridades está a qualificação da atuação do movimento indígena como bloco para defender os nossos interesses na Amazônia.

**AC - Há pretensão de ampliar a participação indígena no parlamento?**

SM - Nossa luta é também para inserir representações dos povos indígenas em diferentes espaços, seja governamental, no parlamento, enfim em todos os segmentos que têm a tarefa de tomar decisões. Na Bolívia, temos parlamentares; no Peru, Alejandro Toledo assumiu a presidência e, para a Amazônia, é um fato de importância; na Venezuela, temos senadores, deputados que, inclusive já passaram pela Coica; na Colômbia e no Equador a mesma coisa. Agora, compreendemos que devemos dar orientação necessária a esses líderes para que possam defender os interesses dos povos indígenas, para que não entrem na corrupção, para que não fiquem subordinados a determinadas idéias.

**AC - Quanto ao presidente do Peru, os senhores têm encontro agendado?**

SM - A Coica tirou uma posição manifestando sua congratulação e esperança com a eleição desse presidente. Porém, não pretendemos, nesse momento, nos reunirmos com Alejandro Toledo. O seu Governo está em formação, decidimos esperar pelo momento do diálogo. Por outro lado, entendemos o grande desafio que o presidente tem pela frente, ele não resolverá os problemas do Peru por completo, mas, temos certeza de que Toledo será uma voz importante de povos que jamais tiveram essa oportunidade. Ele é o primeiro indígena, no mundo, a chegar à presidência de um país.

### COICA REPRESENTA DOIS MILHÕES DE INDIVÍDUOS E 400 POVOS NA AMAZÔNIA

#### Articulação indígena na Amazônia

A Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica) representa os interesses de 2 milhões de indivíduos e

400 povos na Amazônia internacional. O seu poder de alcance é cada vez maior, numa rede gigantesca que envolve, como membros, nove organizações indígenas às quais estão ramificadas 120 outras organizações que somadas as não filiadas, mas participantes dela, chegam a 400. Esse modelo permite, hoje, que a coordenação disponha em pouco

tempo de um enorme acervo de informações oriundas ora da mais remota comunidade da Região do alto Rio Negro, ora da França, Inglaterra ou dos Estados Unidos. A Coica é hoje, como resultado dessa construção, uma das mais importantes instituições que está na linha de frentes dos fóruns internacionais, colocando as questões de interesse dos povos

indígenas e brigando pela abertura de espaço para as posições defendidas pelo movimento, como a reparação por danos causados, florestas nativas e o seqüestro de carbono, 'Plano Colômbia' e projeto Calha Norte. O encontro de outubro, em Manaus, para definir a posição do movimento indígena da Amazônia em relação ao Programa de Desenvolvimento Limpo, será

apenas um dos atos da Coica, em parceria com a Coiab, da nova significação da articulação das lideranças indígenas no mundo (IV)

#### 'CIDADÃO PAULISTA'

Nascido no Município de Sena Madureira, comunidade Senegal (AC), Sebastião leva como sobrenome o nome do seu povo Manchineri. Seu nome de origem é

Haji Yine e é membro de uma população estimada em 620 pessoas. Ainda este ano, o presidente da Coica receberá, da Câmara Municipal de São Paulo, o título de 'Cidadão Paulista' e diz que está surpreso e orgulhoso por ele. "Será importante para nós todos, vivi no Acre durante todos esses anos e na Amazônia e é São Paulo que vai me conceder um título", diz (IV).